

FACULDADE DE DIREITO – UNIVERSIDADE DE LISBOA

HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS

TURMA C

2022 / 2023

EXAME

16 de Junho de 2023

TÓPICOS DE CORRECÇÃO

### Grupo I

Responda fundamentadamente a duas das seguintes questões:

1 – Qual a relevância do naturalismo político aristotélico no desenvolvimento do pensamento político medieval?

*Identificação e contextualização de Aristóteles e da Política no pensamento político grego antigo. A caracterização do homem e do cidadão na estrutura da Política. Identificação do naturalismo político como característica do pensamento político aristotélico; o homem como animal político – sociabilidade natural e poder político como fenómeno natural; a natureza política da comunidade; a teleologia da política e das leis. Naturalismo político e a crítica de Aristóteles a Platão. A recepção do aristotelismo na cultura escolástica medieval: as teses sobre a origem do poder político no pensamento medieval – as doutrinas hierocráticas e anti-hierocráticas, em especial, o naturalismo político; a influência aristotélica no pensamento político de S. Tomás de Aquino, em particular, a natureza da sociedade política e a origem do poder político; noção de mediação popular; a síntese entre a mediação popular e o papel do Papado.*

2 – A Segunda Escolástica desenvolveu uma teoria do *direito de resistência*?

*Identificação da doutrina política da Segunda Escolástica e dos seus principais autores; identificação a influência tomista na doutrina política da Segunda Escolástica. Identificação em especial de: teoria da origem do poder “a povo”; conceito de soberania popular; contraposição a outras teorias políticas modernas no âmbito da concepção da natureza e limites do poder soberano; o a teorização histórica do direito de resistência; definição de tirania e tipos de tirania; direito de resistência e tiranicídio; função da lei e função do poder político; desvalor jurídico da lei injusta; as condições de exercício da resistência - resistência activa e passiva; ponderação dos efeitos da resistência à lei injusta e ao tirano; identificação do exemplo histórico de aplicação da teoria da resistência à tirania da Segunda Escolástica na Restauração portuguesa.*

3 – Identifique as características e a função do *contrato social* no pensamento político de Rousseau.

*Contextualização histórica e filosófica da obra de Rousseau; a concepção do homem no estado de natureza rousseauiano; a concepção do poder político – origem, função, limites; caracterização do poder soberano – em especial, o problema da natureza absoluta do poder soberano em Rousseau; o problema do exercício do poder político – rejeição da representação política; a formação da vontade política – o critério da maioria e a manifestação da verdade; a igualdade como realização da liberdade individual na comunidade política; a sujeição do indivíduo à vontade geral como libertação do indivíduo; liberdade natural e liberdade política; a tradição contratualista e a crítica de Rousseau; a posição do soberano no contrato; o pacto histórico e o novo contrato social como mecanismo de recriação da liberdade perdida.*

## Grupo II

Comente desenvolvidamente um dos seguintes textos:

1

“(...) digo que há razão de estado, e que todos os príncipes a devem ter sempre diante dos olhos, se querem acertar a governar e conservar os seus estados. Mas esta razão de estado não é uma, senão duas: uma falsa e aparente, outra sólida e verdadeira; uma enganosa e diabólica, outra certa e divina; uma que do estado faz religião, outra que da religião faz estado; uma ensinada pelos políticos e fundada na vã prudência e em meios humanos e ruins, outra ensinada por Deus, que se estriba no mesmo Deus e nos meios que Ele, com a sua paternal providência, revela aos príncipes (...)”

Pedro de Ribadeneira, *Tratado da Religião e das Virtudes que deve ter o Príncipe Cristão para governar e conservar os seus Estados. Contra o que Nicolau Maquiavel e os Políticos deste tempo ensinam*, 1595

*Identificação da obra no contexto da reacção crítica católica à obra de Maquiavel; contextualização histórica da obra de Maquiavel; caracterização do pensamento político de Maquiavel n’ O Príncipe: autonomia do poder político, pragmatismo e amoralismo político, acção política e virtù, exemplos históricos. Pensamento de Maquiavel e maquiavelismo: identidades e desvios; a crítica a Maquiavel no contexto do pensamento político cristão (exemplos de autores mais relevantes) – em especial, o problema da razão de estado; definição de razão de estado; a autonomização da política e dos fins do poder; identificação da utilização da expressão no contexto da crítica a Maquiavel; a construção teórica da boa e da má razão de estado. Comentário crítico do texto.*

“O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque, assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exactamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital.”

Carta Encíclica *Rerum Novarum*, Leão XIII, 1891

*A questão social no século XIX; identificação dos textos fundamentais; crítica do liberalismo e dos socialismos – em particular, do comunismo. Identificação da “luta de classes” na dialética marxista; fundamentos da rejeição da luta de classes como motor da história na encíclica Rerum Novarum – concórdia, não luta entre classes; Elementos fundamentais da Doutrina Social da Igreja: a dignidade da pessoa humana; defesa das virtudes cristãs como resposta para a questão social; defesa da regulação justa das relações laborais: - o problema e a definição do “justo salário”; o direito ao descanso; a adequação do trabalho à pessoa e a rejeição da reificação da pessoa; o problema da greve; o problema da liberdade contratual nas relações laborais; a responsabilização do Estado enquanto legislador. A família como núcleo social e político; sociedade civil, solidariedade e subsidiariedade do Estado; em particular, o corporativismo. Comentário crítico do texto.*

**Duração: 90 minutos**

**Cotação – Grupo I: 2x5 valores; Grupo II: 9 valores; redacção e ponderação global: 1 valor**